- Contrato social ou outro ato constitutivo da pessoa jurídica, devidamente atualizado;

- Documentos pessoais (RG e CPF ou outro que contenha os referidos dados) do representante legal responsável pela assinatura da Proposta de Credenciamento e do Termo de credenciamento.

- Declaração de idoneidade, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da empresa credenciada, assegurando a inexistência de impedimento legal para firmar credenciamento frente à Administração Pública, podendo ser substituída pela certidão retirada através do link: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/

- Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva\_solicitacao.asp

- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal: (https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pj/emitir);

- Prova de regularidade fiscal estadual (https://s2-internet.sefaz.es.gov.br/certidao/cnd)

- Prova de regularidade fiscal municipal

- Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): (https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf);

- Prova de adimplemento perante a Justiça do Trabalho: (https://www.tst.jus.br/certidao1)

- Certidão negativa de falência: https://sistemas.tjes.jus.br/certidaonegativa/sistemas/certidao/CERTIDAOPESQUISA.cfm